



## CULTURA COMO UMA DIMENSÃO DO PROCESSO SOCIAL

LUCENA, João Paulo

**Resumo:** O presente estudo buscou evidenciar a cultura em seu contexto sócio-histórico, portanto seu objetivo é buscar entendê-la como uma dimensão integrante do processo social. Logo, a análise pretende situar a cultura conjugada por determinantes sociais. Nesse sentido, optou-se por realizar revisão bibliográfica de autores do Serviço Social ou com referencial teórico crítico. Assim, após realizar variadas mediações evidenciou-se que a categoria cultura tende a subsumir ao capital, mas ao mesmo tempo pode ser uma prática social voltada para processo emancipatórios.

**Palavras-Chave:** Cultura; Política; Processo Social.

**Abstract:** This study aimed to show the culture in its socio-historical context, so your goal is to seek to understand it as an integral dimension of the social process. Therefore, the analysis is intended to delineate the culture together by social determinants. In this sense, it was decided to conduct a literature review of authors of the Social Service or critical theoretical framework. Thus, after performing various mediations it became clear that the category culture tends to subsume the capital, but at the same time can be a dedicated social practice for emancipatory process.

**Keywords:** Culture; Politics; Social Process.

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte do trabalho de conclusão de curso intitulado “A Política de Cultura e o Serviço Social: reflexões e proposições para a cidade de Breves-Pará”. Seu objetivo busca entender a cultura como uma dimensão integrante do processo social sob fundamentos da tradição marxista. Obviamente que as análises e ponderações apresentadas não são conclusivas, mas isso não impede a possibilidade de mediações com o exercício profissional dos assistentes sociais, uma vez que a



cultura é também elemento importante para entender os aspectos cotidianos dos usuários e suas famílias.

Dizemos isso, pois o entendimento de cultura, utilizado nesse estudo, possui uma direção política conservadora ou revolucionária parametrada pelo embate das classes sociais. Se de um lado essa prática social pode assumir elementos de conformação e alienação, por outro pode construir uma consciência de classe forte o suficiente para combater o neoliberalismo vitorioso. Nesse sentido, o traçado realizado refere-se a ideia de que a cultura é uma construção social e histórica daí a justificativa para uma busca desde os fundamentos do ser social até apresentar como ela se materializa na contemporaneidade tensionada pelo embate da classe burguesa e trabalhadora.

A análise contemplada nesta produção parte da ontologia que tende a crer na multideterminação do social. Ou em poucas palavras: o social é o todo e o cultural é a parte. Assim, partindo dessa evidência tem-se a compreensão de que o homem é um sujeito sociocultural e a própria “discussão sobre cultura pode nos ajudar a pensar sobre nossa própria realidade social” (SANTOS, 1994, p. 09), refletir sobre práticas e valores em âmbito cotidiano e até fortalecer a emancipação da sociedade através da tão almejada revolução social por meio de estratégias que as várias dimensões da cultura proporciona.

Diante disso, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica com autores do Serviço Social e de outras áreas que discutem a referida temática - Arantes (1995), Barroco (2010), Chauí (1987 e 1995), Coelho (1993), Feijó (s/d), Ianni (1976), Laraia (2001), Pancera (2009), Pestana (2011), Santos (1994) e Scherer (2013) – a fim de conjugar elementos para poder chegar no objetivo proposto. Portanto, os fundamentos postos em tela servem para dar subsídios sobre a cultura como determinante importante para estabelecer mediações mais precisas sobre as relações sociais contribuindo, assim, no processo de trabalho do assistente social em vários espaços socio-ocupacionais.

## **2. FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA CULTURA**

O desenvolvimento da humanidade está marcado por diferentes formas de organizações sociais. Essa variedade de organizações apresentam, conseqüentemente, uma grande diversidade de manifestações culturais produzidas em sociedades geograficamente diferentes, mas com uma origem filogenética e ontogênica comum. Em outras palavras: seres sociais com a mesma origem tendem a



produzir e a se comportar de forma distinta mesmo em condições territoriais, espaciais e temporais iguais ou parecidas.

O que vem proporcionar tal diferenciação entre os homens e suas ações é a consciência, pois somente ela garante condições para que os mesmos se portem de forma singular perante outros entes e também de outros animais. Nesse sentido, para existir esse afastamento o homem realiza mediações por meio do trabalho e da linguagem. Portanto, não é de se estranhar a observação de Santos quando ressalta que “a partir de uma origem biológica comum, os grupos humanos se expandiram progressivamente, ocupando praticamente a totalidade dos continentes do planeta (1994, p. 10)” proporcionando assim infinitas formas de produção de valores, linguagens, símbolos, utensílios, ferramentas, entre outros, voltadas para a sociabilidade e para a sobrevivência dos grupos humanos.

A diáspora, ora apresentada, fora realizada durante anos e teve como fruto o conhecimento de um mundo inóspito e feroz que paulatinamente passa a ser dominado na medida em que retirava da natureza elementos que poderiam corresponder a sua subsistência. Nesse processo inédito, o homem passa a compreender a natureza e a se entender como ser participante deste mundo libertando-se das leis naturais, mesmo que inconclusamente, e passando, inclusive, a construir um mundo sociocultural. Seguindo essa linha de raciocínio Barroco destaca a seguinte afirmativa:

Embora o ser social seja impensável sem a natureza, um *salto ontológico* assinala o momento de sua diferenciação diante da natureza orgânica e inorgânica, dando início a seu processo de autoconstrução como ser específico. Enquanto a atividade vital dos animais – como resposta a necessidades de sobrevivência – é limitada, instintiva e imediata, a atividade humana se diferencia pelas mediações que estabelece, pois responde às carências de forma **consciente, racional, projetiva**, transformando os sentidos, de forma **livre e criativa** [...] (2010, p. 20, grifo da autora).

Esse salto ontológico, tal como a autora aponta, gerou um ser social distinto do ser natural e essa diferença nos permite assinalar que no instante em que o homem adquire consciência, ele constrói condições para um novo mundo social e, conseqüentemente, cultural. Nesse sentido, acredita-se que a cultura não deve ser entendida como um determinante natural, mas “uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social” (SANTOS, 1994, p. 45). Logo, o entendimento de cultura está permeado pelo fator social como uma de suas várias dimensões internas, portanto não é objetivo deste trabalho enaltecer a cultura sobre o social, pelo contrário, é entendê-la como unidade participante dentro do processo



social. Assim, corroboramos com Pestana quando afirma que a cultura não pode e não deve ser pensada

“[...] como um elemento exterior à sociedade, de modo a completá-la, tampouco reduzida às manifestações artísticas, embora seja esta uma de suas dimensões, ou apenas como representação de determinado período histórico ou sociedade, mas sim como todas as manifestações dos homens relativas à práxis social” (2011, p. 90).

Em outras palavras: a categoria cultura representa toda a produção humana subjetiva e objetiva materializada a partir de uma necessidade real e projetada pela consciência humana. Esse conceito apresentado nos dá condições de entender a cultura de forma ampliada e possibilita não rejeitar manifestações culturais no campo artístico, aceitas como alvo central das políticas culturais, mas envolvê-las dentro deste universo complexo. Para tanto, resta-nos indicar como as duas dimensões culturais se manifestam.

Sabemos que através do trabalho o homem conseguiu alimentos, roupas e abrigos e não somente o defendeu contra a natureza, mas conseguiu dominá-la, mesmo que inconclusamente, através de conhecimentos e habilidades adquiridos em seu processo de trabalho. Vale destacar que outros animais também realizam atividades produtivas, neste caso podemos citar o joão-de-barro que constrói sua própria habitação. “Contudo, [ele] produz o que necessita imediatamente para si ou para a sua cria; produz unilateralmente, enquanto que o homem produz *universalmente*” (MARX, 1993, p. 165 *apud* BARROCO, 2010, p. 21). Isso acontece porque as atividades humanas são projetadas pela luz da razão. Ou seja, toda a produção sempre será previamente idealizada na consciência e materializada através do trabalho a partir de uma necessidade real. Dentro dessa perspectiva podemos sinalizar que através do trabalho a dimensão objetiva da cultura se materializa. Neste caso, podemos citar a produção de um instrumento musical de corda. Para este produto se materializar é preciso, além de materiais encontrados na natureza e de instrumentos para realizar essa transformação, de uma necessidade real, para, posteriormente, refletir na consciência como conjugar todos esses elementos e escolher entre várias alternativas a que melhor dê condições de efetivá-la. Portanto,

A produção proporciona não somente uma matéria à necessidade, como também uma necessidade à matéria [...]; como qualquer outro produto, um objeto de arte dá lugar a um público sensível à arte e suscetível de apreciar o belo. Nesse sentido, a produção cria não somente um objeto para o sujeito, mas, também, um sujeito para o objeto (MARX, 1970, I, p. 31 *apud* BARROCO, 2010, p. 25).



Destacado minimamente como a perspectiva objetiva se materializa resta-nos pontuar como a dimensão subjetiva apresenta-se, uma vez que ela fica no campo abstrato e suas expressões encontram-se no campo dos valores, modos de vida, tradições, entre outros. Assim, para que a dimensão subjetiva da cultura crie condições para desenvolver, um elemento fora determinante: a linguagem. Dizemos isso, porque ela transforma-se em um meio mediatizador, pois esta, assim como o trabalho, ajudou o homem a se sobressaltar dos animais e objetivar suas intenções com outros entes a partir da exposição da palavra, escrita ou oral, ou mesmo de um sinal que o substitui. Seguindo essa mesma linha de raciocínio Marx e Engels (1987, p. 43) citado por Pancera (2009, p. 19), observam que

A linguagem é tão antiga quanto à consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e, portanto, existe também para mim mesmo; e a linguagem nasce, como a consciência, da carência, da necessidade de intercâmbio com os outros homens.

Sobre essa questão que os autores levantam, é preciso destacar que somente a linguagem materializa a dimensão subjetiva da cultura, pois é a partir dela que as ideologias, normas e valores são construídos e conservados. Mas, isso não significa dizer que as palavras e suas intenções são imutáveis, elas próprias podem modificar as intenções construídas em um determinado processo histórico e social hegemônico.

Para ilustrar essa discussão podemos citar o exemplo das mulheres que se relacionam com vários parceiros objetivando prazer. Nossa sociedade construiu uma assimilação bastante perversa que as entende como “putas”, “piranhas”, “periquetes”, ou seja, uma ação materializa uma palavra construída histórica e socialmente, inclusive, perpetuando-se sem grandes reticências. Mas quando um grupo ressignifica essa palavra criando uma outra identidade, ela perde o valor de degradação e partir daí a sua perpetuação não corresponde aos mesmos efeitos que tinha anteriormente. Outro exemplo, pode ser referente as palavras homossexualidade, homossexualismo e homoafetividade.

Tanto o trabalho como a linguagem são meios imprescindíveis a sobrevivência humana e a dispersão da cultura. Porém, se realizados de maneira isolada, seus efeitos não tenderiam a afastar o ente das barreiras naturais, ou seja, existe outro elemento fundamental para que isso ocorra: a sociabilidade. Isso significa dizer que “[...] o homem só pode constituir-se como tal em relação com outros homens e em consequência dessa relação” (BARROCO, 2010, p. 22). Portanto, é através da sociabilidade que as dimensões objetivas e subjetivas da cultura se espraiam pela sociedade, pois penetram nas mais profundas relações existentes até no nível mais



universal. Logo, o trabalho, a linguagem e a sociabilidade são determinantes para o ente se modificar, modificar outros entes e a natureza produzindo uma consciência histórica. Em outras palavras: através do trabalho, o homem transforma a natureza a partir de sua consciência criando produtos, meios ou instrumentos e por meio destes fixa na sua consciência abstrações das coisas objetivas e as transmite para outros homens que por sua vez avaliam o trabalho e a linguagem, transformada em informação, para posterior aperfeiçoamento. Deste modo, a cultura, objetiva e subjetiva, pode ser um meio de transformação social, pois ela assume tendências políticas, diferente do que pensam teóricos conservadores quando a tratam como um espectro neutro voltado somente para o entretenimento ou lazer.

Ora, se a cultura desenvolveu-se graças à luta dos homens contra a natureza pela sua existência, logo esse mesmo princípio também desenvolveu as classes sociais; e essa estrutura classista determinou o desenvolvimento da história da humanidade sempre utilizando-a como um elemento para organizar a conformação ou a resistência em nossa sociedade. Isso acontece devido a lógica contraditória que adquire nas sociedades classistas, com especial atenção para o modo de produção capitalista: de um lado como componente eficaz à reprodução das relações capitalistas; de outro, como artifício de oposição à ordem hegemônica.

Essa assertiva também é contemplada por Pancera (2009, p. 19), quando destaca que todas as formas de manifestações culturais não são independentes, “mas sim determinadas pela produção material e seu intercâmbio, que transformam o pensar e a consciência”. Isso significa dizer que as manifestações culturais hegemônicas de uma determinada época são conseqüentemente manifestações culturais da classe dominante daquela época. Porém, esta lógica sofre com os embates da classe trabalhadora sobre o capital, dado a expansão das fronteiras do modo de produção capitalista, onde desenvolve-se o amadurecimento de classes sociais e nesse processo a classe explorada adquire consciência para si. Como resultado tem-se a proliferação de organizações representativas e movimentos sociais voltados a rejeitar a lógica capitalista “que aparecem tanto na esfera econômica como na política, na militar e na cultural” (IANNI, 1976, p. 20), assim a cultura assume relações de contrariedade pautado nas tensões das classes sociais no capitalismo.

Note-se, então, que a cultura na sociedade capitalista assume duas direções, sempre permeáveis pelo projeto de uma determinada classe. Porém, essa contradição não deve ser associado a dicotomia, como se a cultura da classe burguesa e da classe trabalhadora fossem dois campos impermeáveis. Ora, se isso fosse verdade





não teríamos uma dinamicidade e complexidade desta categoria, portanto deve-se abandonar totalmente o impermeável até porque sua característica é sempre cambiável. De outra forma podemos dizer que todas as manifestações culturais de uma classe dominante tendem a influenciar a classe dominada, uma vez que o projeto burguês generaliza até sua exaustão “formas de pensar e agir determinadas pelas exigências da reprodução do capital” (IANNI, 1976, p. 19). Por este motivo que a cultura popular é severamente rejeitada, agredida ou menosprezada, pois sua emersão se dá para contestar valores, ideias, princípios e doutrinas consolidados pela cultura burguesa instrumentalizada na cultura de massa<sup>1</sup>, e que tem sua expressão maior na indústria cultural, vejam o exemplo do Funk no Rio de Janeiro e do Tecno-Melody/Brega no Pará.

Diante disso cabe destacar duas ressalvas: como todo produto na sociedade capitalista é influenciado pela sua própria dinâmica, toda manifestação cultural – mesmo da classe trabalhadora - que não “questiona a si mesma, seus próprios processos e arranjos formais” (COELHO, 1993, p. 11) invariavelmente reforça a lógica burguesa assumindo um controle ideológico para o consenso/alienação entre as classes; a segunda, refere-se a reelaboração dos meios de legitimação do projeto imperialista, ou seja, quando uma manifestação cultural da classe trabalhadora atinge a hegemonia, a classe burguesa, via indústria cultural, a absorve na tentativa de eliminar o seu caráter questionador.

Isso acontece devido ao pressuposto básico de que a indústria cultural não só transmite informações e mensagens, mas difundem “maneiras de se comportar, propõem estilos de vida, modos de organizar a vida cotidiana, [...] maneiras de falar e de escrever, de sonhar, [...] de pensar, de lutar, de amar” (SANTOS, 1994, p. 69). Apesar dessas questões levantadas pelo autor, ela não assume controle absoluto, isso porque sua capacidade de adestramento se concretiza de forma homogênea e não atinge com profundidade as classes sociais em suas mais variadas ramificações. Sempre existirá um grupo alheio aos ditames da ordem hegemônica, marginalizado pela sociedade. Porém, apesar de sua ineficácia, ela nunca cessa e sempre se reinventa, inclusive, incorporando questionamentos e superando disparidades até um estágio onde não agrida o modo de produção capitalista.

<sup>1</sup> Coelho (1993) sugere que ao invés de utilizar o termo cultura de massa passemos a adotar o termo cultura industrial ou industrializada.



Coelho afirma que por mais que exista uma diferenciação na concepção ampliada de cultura, “as formas culturais atravessam as classes sociais com uma intensidade e uma frequência maiores do que se costuma pensar” (COELHO, 1993, p. 09), ou seja, manifestações culturais oriundas da classe trabalhadora pode transmutar-se como uma expressão da classe burguesa, o contrário, também, pode acontecer. Nesse sentido, cabe ainda destacar que essa

[...] diferenciação é, no entanto, mais complexa, pois não se pode dizer que as maneiras de viver sejam homogêneas nem dentro da classe trabalhadora nem dentro da classe proprietária. Além do mais, as distinções entre as classes sociais nem sempre são tão nítidas na vida cotidiana [...]. Isso pode ser exemplificado pelo fato de que as grandes concentrações urbanas costumam registrar uma faixa de camadas sociais intermediárias, de limites imprecisos e características médias (SANTOS, 1994, p. 51-52).

Sobre essa questão levantada pelos autores (COELHO, 1993 e SANTOS, 1994), temos clareza que somente uma análise cuidadosa nos dá a compreensão de que a cultura burguesa e trabalhadora são subcategorias complexas, dinâmicas e relacionais, no entanto, podemos ter certeza que o conflito entre as duas modificam as relações sociais em um processo todo tensionado podendo gerar conformação ou resistência. Nesse sentido, conforme Scherer (2013), cultura é poder, portanto, através dela pode-se criar estratégias hegemônicas e contra-hegemônicas na sociedade possibilitando, inclusive, o fortalecimento de processos emancipatórios.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O afastamento das barreiras naturais gerou um ser distinto do ser natural, o ser social, e este conseqüentemente criou o mundo sociocultural com leis cambiáveis, dinâmicas e complexas. No entanto, esse afastamento não ocorreu totalmente, pois existem relações interdependentes entre ambos. Além disso, é importante observar que assim como o homem produz cultura, qualquer animal também produz, mas o primeiro difere do segundo pela sua capacidade projetiva, enquanto o animal a produz pela sua capacidade instintiva.

A cultura é, portanto, uma prática social objetivada à luz da consciência humana e desenvolvida a partir de elementos importantes como o trabalho, a linguagem e a sociabilidade. Mas com a emersão das sociedades de classes, em especial o capitalismo, ela desenvolve-se elementos contraditórios, pois pode ser uma





prática social voltada para a transformação social, como um meio de oposição ao *status quo*, ou como um componente eficaz à reprodução das relações capitalistas.

Como mencionamos no início do trabalho, o objetivo desta produção era entender a cultura como determinante do processo social, essa compreensão trouxe ponderações que rejeitam interpretações que tendem a colocá-la como um processo autônomo ou descolado da realidade social. Evidentemente que as análises e interpretações não se encerram nesta produção, portanto novos questionamentos surgiram no decorrer da pesquisa e podem ser importantes para a investigações de âmbito macroscópico e até microscópico das relações sociais e do Serviço Social, quais sejam:

a) Quais são as características que a cultura burguesa e trabalhadora assumem no atual estágio capitalista?

b) Como a classe trabalhadora pode adquirir uma cultura política voltada para a emancipação social?

c) Até que ponto o menosprezo da cultura produzida pela classe trabalhadora é prejudicial a tomada de consciência de classe?

Somente com novas investigações pode-se conhecer as respostas para estes e outros problemas que a atual fase do capitalismo incide sobre a sociedade, uma crise econômica, política, social e organizativa da classe trabalhadora. Assim, sob a perspectiva da categoria cultura como determinante do processo social e, inclusive, pode contribuir para aspectos pouco pesquisado e debatido pelo Serviço Social. Mas, importa destacar que essa observação deve ser tomada mais a fundo, haja vista que as relações sociais precisam ser evidenciadas com mais profundidade.

## 5. REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 4).



CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. Cultura Política e Política Cultural. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p.71-84, 1995.

COELHO, Teixeira. **O que é Indústria Cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos).

FEIJÓ, Martin Cezar. O que é Política Cultural. In: **O que é Cultura, Contracultura e Política Cultural**. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

IANNI, Octávio. **Imperialismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

PANCERA, Osmar. **A Práxis Artístico-Cultural da ONG Rádio Margarida: uma história de linguagens artísticas e meios de comunicação social, a serviço da educação popular**. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

PESTANA, Aretha Bley. Cultura Como Prática de Cidadania: uma perspectiva ampliada do conceito. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 13, n. 2, jan./jun. 2011.

SANTOS, José Luiz. **O que é Cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

SCHERER, Giovane Antonio. **Serviço Social e Arte: juventudes e direitos humanos em cena**. São Paulo: Cortez, 2013.